



PAR-22/012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

Continua...

PAR-22/012
Continuação...

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:
 - (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;



Continua...

PAR-22/012

Continuação...

- (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;
 - (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- h. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e



Continua...

PAR-22/012

Continuação...

- i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG-757 / CVM-2.208



Nilton José Ribeiro

Contador CRCMG – 43.491

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. - **Previmax**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Previmax é uma seguradora do ramo de seguros e previdência, pertencente ao Grupo Bonsucesso e controlada pelo Banco BS2 S.A.

Belo Horizonte – MG, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE	21.811	22.988
Disponível	14	5
Caixa e Bancos (nota 5)	14	5
Aplicações (nota 6)	21.318	22.914
Outros créditos operacionais	-	44
Títulos e créditos a receber	479	25
Créditos tributários (nota 14)	467	-
Outros créditos (nota 14)	12	25
ATIVO NÃO CIRCULANTE	228	231
Investimentos (nota 7)	228	231
Participações societárias	228	231
Total do Ativo	22.039	23.219

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE	14	159
Contas a pagar (nota 8)	14	159
Obrigações a pagar	1	4
Impostos e contribuições	13	155
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 11)	22.025	23.060
Capital social	15.000	15.000
Reservas de lucros	7.025	8.060
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.039	23.219

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
Outras receitas e despesas operacionais - seguros (nota 13)	3	(11)
Despesas administrativas (nota 13)	(150)	(112)
Despesas com tributos (nota 13)	(203)	(259)
Resultado financeiro (nota 13)	(811)	782
Resultado patrimonial	-	4
Resultado operacional	(1.161)	404
Resultado antes dos impostos e participações	(1.161)	404
Imposto de renda (nota 14)	292	(76)
Contribuição social (nota 14)	175	(60)
Lucro (Prejuízo) líquido	(694)	268
Quantidade de ações	13.120.700	13.120.700
Lucro (Prejuízo) líquido por ação - R\$	(0,05)	0,02

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.000	7.792	-	22.792
Lucro líquido do exercício	-	-	268	268
Proposta para distribuição do resultado				
Reserva legal	-	13	(13)	-
Reserva estatutária	-	191	(191)	-
Reserva especial para dividendos	-	64	(64)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.000	8.060	-	23.060
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(694)	(694)
Distribuição de dividendos	-	(341)	-	(341)
Proposta para absorção de prejuízo				
Reserva estatutária	-	(694)	694	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.000	7.025	-	22.025

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

MÉTODO DIRETO

	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	48	32
Pagamentos de despesas e obrigações	(185)	(151)
Recebimentos de juros e dividendos	-	4
Caixa consumido pelas operações	(137)	(115)
Impostos e contribuições pagos	(340)	(625)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(7.905)	(75)
Vendas e resgates	8.729	815
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	347	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	3	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	3	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos distribuídos	(341)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(341)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes	9	-
Caixa e equivalentes no início do período	5	5
Caixa e equivalentes no final do período	14	5

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto indicação em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional.

A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo nº 15414.003365/2004-33.

Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo nº 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados.

Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep nº 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP nº 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT é administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Entidade, em setembro de 2020, formalizou junto à Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT o interesse de desligamento do Consórcio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep nº 517/2015 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 24 de fevereiro de 2022.

3. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 1º de janeiro de 2020 entrou em vigor a Circular Susep n.º 595/19, publicada no Diário Oficial da União, em 31/12/2019, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular Susep n.º 517/15, alterando a forma de registro contábil das operações do DPVAT pelas Consorciadas.

Doravante, as operações do Consórcio DPVAT pelas Consorciadas devem ser classificadas como Empreendimento Controlado em Conjunto (joint venture), conforme artigos 185 e 186 da Circular n.º 517/15, que determinam a aplicação integral dos critérios estabelecidos nos Pronunciamentos CPC 18 (R2) e 19 (R2), emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em convergência com padrões internacionais de contabilidade.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência.

b. Ativo e passivo circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste de ativo para o valor de mercado ou de realização.

Mensalmente, é procedida a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o Não Circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

c. Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da Entidade, atendendo aos seguintes critérios:

- **Valor justo por meio do resultado** – quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação são apresentados no ativo circulante e os ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do período;
- **Disponíveis para venda** – os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável. São contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários; e
- **Mantidos até o vencimento** – são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Em 01.03.2021 foi publicada a Medida Provisória (MP) n.º 1.034 que altera a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

A referida Medida Provisória foi convertida na Lei 14.183 de 14/07/21. A CSLL foi fixada em 20%, até 31.12.2021, e 15% a partir de 01.01.2022.

e. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores em estimativa.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem, dentre outros: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as premissas e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos, semestralmente.

f. Redução ao valor recuperável – Impairment

Conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

g. Do registro contábil do DPVAT

Com a revogação dos artigos 153 e 154 da Circular Susep nº 517/2015, por força da Circular Susep nº 595/19, para fins do registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas Consorciadas, somente devem ser registrados os valores a receber referentes à apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros e eventuais provisões não técnicas quando houver a ocorrência de iminente aporte de capital no consórcio por motivo de insolvência do mesmo.

h. Teste de adequação dos passivos (TAP)

De acordo com a Circular Susep nº 517/2015 e alterações, a Previmax deverá "...elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados...". O resultado do TAP tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

Entretanto, considerando-se que o único plano de previdência (benefício de pecúlio/RS) que a Entidade operava não possui mais contratos em vigor desde setembro de 2015, considerando-se que atualmente não há mais obrigações relativas a este plano e considerando-se ainda que o TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo DPVAT, não houve necessidade de realizar-se o estudo atuarial do TAP para a data-base de 31/12/2021, ficando a PREVIMAX, portanto, dispensada da apresentação do respectivo relatório.

i. Divulgações adicionais requeridas pela Circular Susep nº 517/2015

Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados.

Tendo em vista que a Previmax não comercializa contratos de seguros, fica a mesma dispensada da divulgação de suas referidas bases técnicas.

5. DISPONIBILIDADES

Registram a existência de numerários, de propriedade da Sociedade, em poder de Instituições Financeiras, a saber:

	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
• Banco BS2 S.A.	14	5
Total – R\$	14	5

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, assim demonstrados:

Aplicação	Exercício findo em			
	31.12.21	%	31.12.20	%
• BS2 Butiá Ex Fic Fim	13.603	63,81	14.727	64,27
Total do Fundo Multimercado	13.603	63,81	14.727	64,27
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.715	36,19	8.187	35,73
Títulos de Renda Fixa – Públicos	7.715	36,19	8.187	35,73
Total da Carteira – R\$	21.318	100,0	22.914	100,0

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

Os títulos e valores mobiliários estão devidamente classificados pelo custo de aquisição e ajustados como segue:

<u>Categoria e Natureza</u>	<u>Data Vencto.</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor da Curva</u>
▪ Quotas de Fundos. Investimentos			13.603	13.603
▪ Letras Financeiras Tesouro – LFT	01/09/2025	Anbima	7.715	7.712
Valor justo por meio do resultado			21.318	21.315
Total da Carteira – R\$			<u>21.318</u>	<u>21.315</u>

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário Anbima como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

	<u>Exercício findo em 31.12.20</u>	<u>Aplicações</u>	<u>Resgates</u>	<u>Rend. / Atualiz.</u>	<u>Exercício findo em 31.12.21</u>
▪ Letras Financeiras Tesouro – LFT	8.187	7.905	(8.729)	352	7.715
▪ Fundo Multimercado	14.727	-	-	(1.124)	13.603
Valor justo por meio do resultado	22.914	7.905	(8.729)	(772)	21.318
Total – R\$	<u>22.914</u>	<u>7.905</u>	<u>(8.729)</u>	<u>(772)</u>	<u>21.318</u>

7. INVESTIMENTOS

A Previmax participa da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., podendo ser assim demonstrada:

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.21</u>	<u>31.12.20</u>
• Seguradora Líder	228	231
Total – R\$	<u>228</u>	<u>231</u>

Em 2021 a Seguradora Líder não realizou nova subscrição de risco em nome de suas Consorciadas, ficando, a Seguradora Líder designada a administrar os *run-off* dos ativos e passivos e negócios do Consórcio e Seguro DPVAT realizados até 31 de dezembro de 2020, até a extinção de todas as obrigações relacionadas a tal operação.

A Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. efetuou, em janeiro e abril de 2020, as operações de transferências de ações nominativas ordinárias, de modo a promover a redistribuição da participação no capital social da Companhia.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

Dessa forma, por força das operações de transferências de ações em questão, a Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. aumentou sua participação em 50.178 ações ordinárias nominativas, passando a deter 204.986 ações da Seguradora Líder DPVAT, com participação correspondente a 1,36657% do capital da referida Companhia. O valor total de compra das ações é de R\$54.070,95 que foi calculado com base nos últimos balanços auditados da Seguradora Líder-DPVAT, de 30/06/2019 e 31/12/2019, aos preços unitários de R\$1,0761 e R\$1,0913 por ação, respectivamente. Em janeiro e abril de 2021, a Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. efetuou a venda de 3.047 ações, o que resultou no montante de R\$3.349,59 a receber da Seguradora Líder.

Dessa forma, foi realizado um encontro de contas entre os valores de compras e vendas de ações com a margem de resultado retida do Consórcio, gerando um saldo credor a Previmax, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2021.

8. CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados:

Composição	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
Obrigações a pagar	1	4
• Fornecedores pessoas jurídicas	1	4
Provisão para impostos e contribuições	13	155
• IRRF – Pessoas Jurídicas	1	-
• PIS/PASEP, CSLL E Cofins a recolher	2	-
• Imposto de renda	-	76
• Contribuição social	-	60
• Cofins	9	16
• Pis	1	3
Total – R\$	14	159

9. PROVISÕES PARA PASSIVOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Movimentação dos passivos do plano de previdência

Conforme já comentado, uma vez que não há mais riscos em vigor desde setembro de 2015 relativos ao plano de pecúlio/RS anteriormente operado pela Entidade, não houve necessidade de constituir-se provisões técnicas para este fim no decorrer deste exercício.

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. RISCOS DE SEGURO

a.1. Análise qualitativa

Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos

A Entidade tinha sua atuação junto ao mercado de seguros exclusivamente amparada nas operações do ramo DPVAT. Cabe salientar que a Previmax operou um único plano de previdência, com benefício de pecúlio vitalício, estruturado no regime de repartição simples, o qual não possui mais riscos em vigor em 31/12/2021, uma vez que todos os contratos relativos a este plano se encontram cancelados desde setembro de 2015.

A Entidade concentra em sua estrutura financeira/contábil a responsabilidade em relação ao controle dos capitais de risco e o decorrente acompanhamento de sua solvência. Em consequência da extinção da carteira de pecúlio, não opera com repasse de riscos sob nenhuma modalidade.

A Previmax define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Como todos os contratos relativos à carteira de pecúlio da Entidade foram cancelados e atualmente não se observam obrigações decorrentes dos mesmos, conclui-se que não há mais riscos em vigor na data-base.

a.2. Análise quantitativa

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Considerando que a Entidade opera exclusivamente com o ramo DPVAT, tem-se que o risco de sua atividade está baseado em garantir as indenizações relativas a acidentes ocorridos até 31/12/2020 provenientes deste ramo, cujas operações estavam sob administração da Seguradora Líder-DPVAT, da qual é consorciada. Desde 01/01/2021, a Caixa Econômica Federal assumiu a gestão do seguro DPVAT.

Considerando-se a extinção da carteira de pecúlio e o fato de não haver mais riscos em vigor na data-base de 31/12/2021, não se detectou, tecnicamente, razões para proceder-se a testes de sensibilidade.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está assim demonstrado:

- a. O **Capital social**, totalmente subscrito e integralizado é de R\$15.000, representados por 13.120.700 ações ordinárias sem valor nominal.

A posição acionária da Sociedade pode ser assim demonstrada:

Participações em Ações:	Ações	%
Banco BS2 S.A.	13.094.460	99,80
Paulo Henrique Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Gabriel Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Total	<u>13.120.700</u>	<u>100,00</u>

b. **Reservas de lucros**

- Reserva legal – constituída à base de 5% do lucro líquido apurado, até que perfaça 20% do capital social, totalizando R\$1.043 em 31.12.21.
- Reserva especial para dividendos – constituída à base de 25% do lucro líquido apurado, para pagamento de dividendos aos acionistas, totalizando R\$593 em 31.12.21.
- Reserva estatutária – constituída com o saldo final do lucro líquido, para formação de reserva para aumento de capital, não podendo exceder a 80% desse capital social, totalizando R\$5.389 em 31.12.21.

c. **Resultado do Exercício**

A Sociedade apurou um prejuízo no exercício de 2021 de R\$694 (lucro líquido de R\$268 em 31.12.20).

A destinação do resultado é registrada no final do exercício, segundo a proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Baseado em nossos advogados, consideramos remota a chance de perda das duas ações discutidas pela Entidade.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

13. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As principais contas de resultado apresentavam os seguintes saldos:

	Exercício findo em	
	31.12.21	31.12.20
▪ Outras receitas e despesas operacionais - seguros	3	(11)
▪ Despesas administrativas	(150)	(112)
▪ Despesas com serviços de terceiros	(114)	(75)
▪ Despesas com localização e funcionamento	(6)	(7)
▪ Despesas com publicações	(30)	(30)
▪ Despesas com tributos	(203)	(259)
▪ IPTU	-	(1)
▪ Contribuições para a Cofins	(45)	(68)
▪ Contribuições para o PIS	(7)	(11)
▪ Taxas de fiscalização	(151)	(178)
▪ Outros tributos	-	(1)
▪ Resultado financeiro	(811)	782
▪ Receitas com títulos de renda fixa	382	250
▪ Receitas com fundos de investimentos	579	1.526
▪ Despesas financeiras com renda fixa	(1.732)	(953)
▪ Outras despesas financeiras	(40)	(41)
▪ Receitas patrimoniais	-	4
▪ Dividendos	-	4

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.21		31.12.20	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e contribuições	(1.161)	(1.167)	404	404
(-) Contribuição social	175	-	(60)	-
(+) Adições	27	-	60	-
(-) Exclusões	(208)	-	(4)	(4)
Base de cálculo	(1.167)	(1.167)	400	400
Tributos	-	-	(76)	(60)
Créditos tributários (*)	292	175	-	-
Outros créditos (**)	-	12	13	12
Total dos Tributos	292	187	(63)	(48)

(*) Créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal – NBCTG 32.

(**) Créditos referente a antecipação de impostos.

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.

15. DEMONSTRATIVO DE CAPITAL REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

A adequação do capital da Sociedade está assim demonstrada:

Composição	31.12.21	31.12.20
Ajustes Contábeis		
Patrimônio líquido contábil	22.025	23.060
(-) Participações societárias	(228)	(231)
(-) Créditos tributários – Prejuízo fiscal	(525)	-
Patrimônio líquido ajustado – subtotal	<u>21.272</u>	<u>22.829</u>
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco	<u>3.347</u>	<u>3.624</u>
Capital adicional de risco de crédito	1.088	1.178
Capital adicional de risco operacional	-	-
Capital adicional de risco de mercado	2.905	3.145
Benefício da diversificação	<u>(646)</u>	<u>(699)</u>
Capital mínimo requerido	<u>3.960</u>	<u>15.000</u>
Suficiência de capital - R\$	<u>17.312</u>	<u>7.829</u>
Solvência	<u>437,17%</u>	<u>52,20%</u>

Tendo em vista a alteração no § único do artigo 66 da Resolução CNSP n.º 321/2015, trazida pela Resolução CNSP n.º 360/2017, as supervisionadas que operem exclusivamente no ramo de seguro DPVAT estão dispensadas da exigência que se refere à liquidez em relação ao CR – Capital de Risco, desde 31/12/2017.

16. GESTÃO DE RISCO

a. Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Entidade, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No gerenciamento de capital, a Entidade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

b. Gerenciamento de risco

A gestão de riscos da Entidade está alinhada a política do Conglomerado BS2 e reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

I. Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Grupo BS2, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Alta Administração e monitorados com periodicidade diária.

II. Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

III. Risco de liquidez

É o risco da Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV. Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Entidade considera a atividade de gestão do risco operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão deste risco contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e, conseqüentemente, na redução do comprometimento do capital.

17. COMPLIANCE

A Entidade mantém pessoal especializado de Consultoria, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos, e atendendo às determinações da Susep, inclusive quanto ao trabalho de Auditoria Interna.

Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento às normas da Susep foram observados, estando a Entidade resguardada por controles internos implantados, inclusive disponibilizados, via Intranet, para todos os colaboradores, seja através de manuais, organogramas e fluxogramas para praticamente todas as áreas administrativas e operacionais, buscando o atendimento às determinações previstas naquele normativo.

18. EFEITOS DO CORONAVIRUS

O exercício de 2021 foi fortemente impactado por essa pandemia, tendo severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. A Empresa vem acompanhando os efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos do Coronavírus, mantendo suas atividades operacionais, com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Lamentavelmente a pandemia continua.

O Governo Federal tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus, buscando auxiliar as Instituições nesse período de gravidade que passa o Brasil e o mundo, pois os efeitos sobre a economia global têm sido inevitáveis, provocando uma desaceleração acentuada.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuando a ser monitorados atentamente pela Administração da Empresa.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

PAULO HENRIQUE PENTAGNA GUIMARÃES, Diretor Técnico
GABRIEL PENTAGNA GUIMARÃES, Diretor de Relações
RODRIGO BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES, Diretor de Controles Internos

CONTROLADORIA

JOSÉ LUIZ DE SOUZA LEITE, Contador - CRCMG 48.029/O-0

ATUÁRIO TÉCNICO RESPONSÁVEL

ALM – CONSULTORIA ATUARIAL, CIBA - 102